

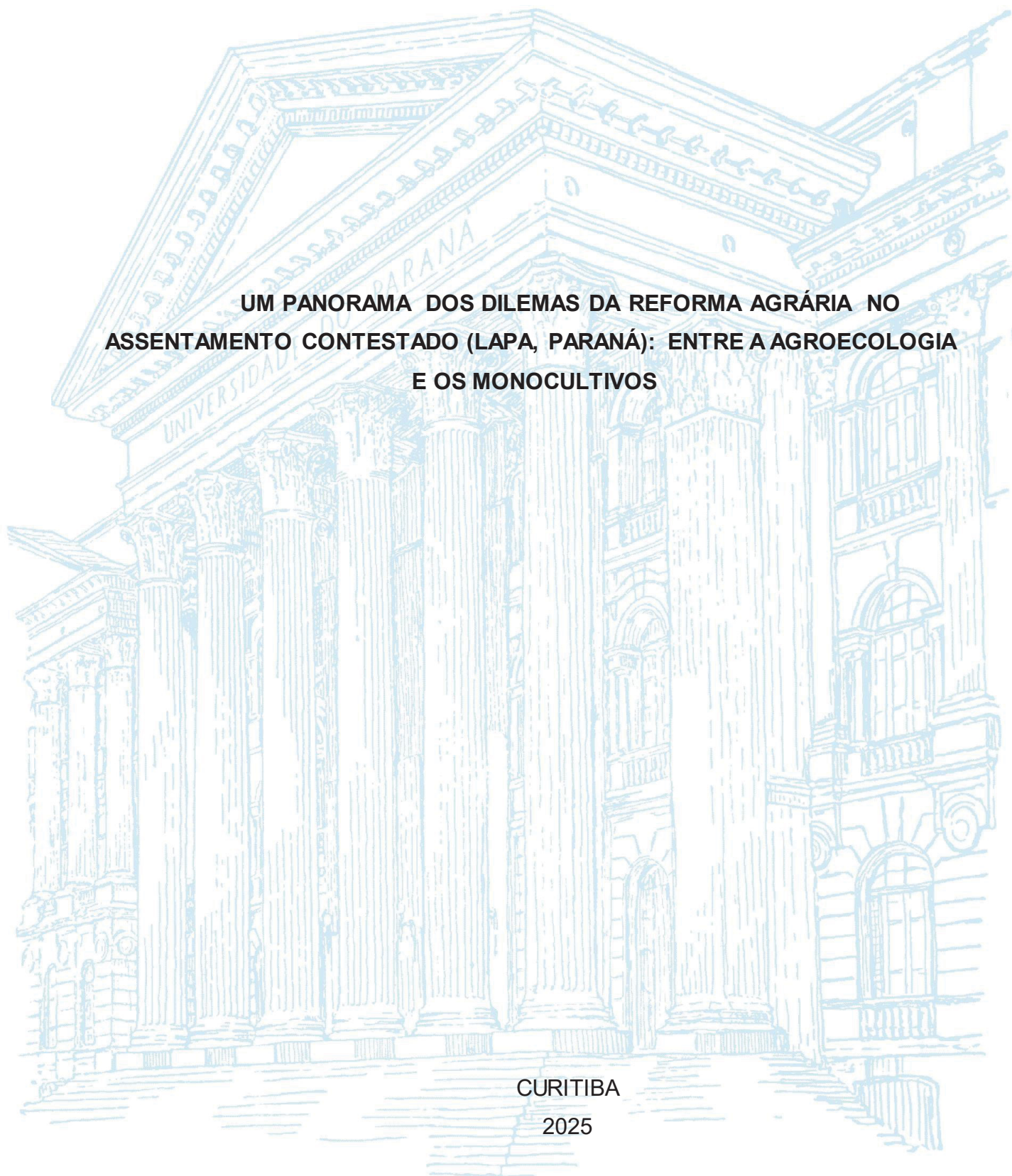
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNA BENÍCIO BRITO

**UM PANORAMA DOS DILEMAS DA REFORMA AGRÁRIA NO  
ASSENTAMENTO CONTESTADO (LAPA, PARANÁ): ENTRE A AGROECOLOGIA  
E OS MONOCULTIVOS**

CURITIBA

2025



BRUNA BENÍCIO BRITO

**UM PANORAMA DOS DILEMAS DA REFORMA AGRÁRIA NO ASSENTAMENTO  
CONTESTADO (LAPA, PARANÁ): ENTRE A AGROECOLOGIA E OS  
MONOCULTIVOS**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Projetos Sustentáveis e Inovações Ambientais, do Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Projetos Sustentáveis e Inovações Ambientais.

Orientadora: Dra. Arianne Maria Basilio Pigosso.

CURITIBA

2025

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

BRUNA BENÍCIO BRITO

### **UM PANORAMA DOS DILEMAS DA REFORMA AGRÁRIA NO ASSENTAMENTO CONTESTADO (LAPA, PARANÁ): ENTRE A AGROECOLOGIA E OS MONOCULTIVOS**

Monografia apresentada ao curso MBA em Projetos Sustentáveis e Inovações Ambientais, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Projetos Sustentáveis e Inovações Ambientais.

---

Dr(a) Ariane Maria Basílio Pigosso

Orientadora, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável,  
UFPR

---

Profa. Dra. Liliani Marília Tiepolo

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, UFPR

Curitiba, 23 de maio de 2025.

Dedico este trabalho, com profundo respeito e admiração, às agricultoras e aos agricultores assentados nos projetos de reforma agrária no Brasil, em especial às famílias do Projeto de Assentamento Contestado, na Lapa, Paraná. Suas histórias de vida, marcadas por coragem, resistência e dignidade, são a maior inspiração desta pesquisa. É pela força que demonstram cotidianamente — na luta pela terra, na construção coletiva e na produção de alimentos — que seguimos acreditando em um futuro mais justo, solidário e sustentável.

## **AGRADECIMENTOS**

Às professoras e aos professores que acompanharam este percurso, assim como às colegas e aos colegas do Projeto TED-INCRA/UFPR, agradeço a orientação, parceria e generosidade ao longo desta caminhada.

À todas as famílias do Assentamento Contestado que acolheram a equipe do TED-INCRA/UFPR para a execução do convênio, o que possibilitou a realização desta monografia.

À Universidade Federal do Paraná e ao Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais que possibilitam uma universidade pública, gratuita e de qualidade, além da oportunidade de participar de um projeto profissional que atende positivamente aos povos do campo.

Aos servidores públicos do INCRA, em especial aos analistas de reforma agrária que nos capacitaram e treinaram para a execução deste trabalho técnico de altíssima relevância social.

*“Somos terra que anda, planta que luta, raiz que insiste em brotar.”*

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

## RESUMO

A Política Nacional de Reforma Agrária prevê que os lotes de um projeto de assentamento sejam vistoriados com a finalidade de regularização ocupacional, ou seja, saber se os lotes concedidos para os agricultores assentados estão sendo utilizados, ocupados e explorados de acordo com as normativas que tratam da reforma agrária. Aproveitando a oportunidade da participação da equipe técnica executora do Termo de Execução Descentralizada entre a Universidade Federal do Paraná e o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária, o presente estudo buscou investigar o panorama geral do uso, ocupação e exploração dos lotes pelas famílias de assentados no Projeto de Assentamento Contestado, no Município da Lapa, região metropolitana de Curitiba. Os objetivos específicos do trabalho foram caracterizar perante a Política Nacional de Reforma Agrária, a situação dos agricultores rurais e assentados do Projeto de Assentamento do Contestado; entender como se dá o uso, a ocupação e a exploração dos lotes do Projeto de Assentamento do Contestado; e observar o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável no Projeto de Assentamento do Contestado. Utilizou-se dados primários coletados em 100 lotes por meio de vistorias *in loco* realizadas no assentamento entre 6 e 10 de maio de 2024, observações diretas realizadas durante os levantamentos de campo, bem como apoio de referencial bibliográfico sobre este assentamento. Os resultados apontam que 100% dos assentados são beneficiários e apenas quatro são ocupantes irregulares. Do total 33% dos titulares cadastrados como T1 são mulheres, enquanto 67% são homens. Entre os principais cultivos destacam-se arroz, feijão, frutas, hortaliças, leite, milho, resina de pinus, soja e tubérculos. De um modo geral observou-se que o assentamento vive um dilema, com lotes sendo explorados de forma sustentável, em acordo com as diretrizes da reforma agrária e buscando atender aos princípios da agricultura familiar com inovações agroecológicas e agroflorestais na produção orgânica, enquanto outros possuem uso e exploração relacionados a monoculturas de soja, milho e morangos convencionais, seguindo os rumos ditados pelo modelo de agricultura hegemônico promovido em larga escala pelo agronegócio. Quando observamos os cumprimentos dos requisitos dos ODS, observamos que 9 ODS são facilmente reconhecidos no PA, sendo eles: ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 4 (Educação de qualidade), ODS 5 (Igualdade de gênero), ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), ODS 10 (Redução das desigualdades), ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) e ODS 15 (Vida terrestre). Por fim, os resultados obtidos no Assentamento Contestado não apenas cumprem as exigências legais da supervisão ocupacional, como também fortalecem a política de reforma agrária ao gerar dados para aprimorar programas públicos e avança na agenda 2030 ao integrar desenvolvimento rural e sustentabilidade. Além disso, no contexto paranaense – marcado por conflitos históricos entre agronegócio e agricultura familiar, o estudo pode servir como modelo para outros projetos, promovendo diálogos intersetoriais e inovações socioambientais. Portanto, trata-se de uma iniciativa estratégica para transformar desafios locais em oportunidades de envolvimento coletivo.

Palavras-chave: Assentamento; Supervisão Ocupacional; Agronegócio; Agrofloresta; Agroecologia.

## ABSTRACT

The National Agrarian Reform Policy stipulates that plots within a settlement project must be inspected to verify occupational regularization, meaning to assess whether the land granted to settled farmers is being used, occupied, and exploited in accordance with agrarian reform regulations. Taking advantage of the participation of the technical team executing the Decentralized Execution Agreement between the Federal University of Paraná and the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA), this study sought to investigate the general panorama of land use, occupation, and exploitation by settled families in the Contestado Settlement Project, located in the municipality of Lapa, within the metropolitan region of Curitiba. The specific objectives of this study were: 1. To characterize, within the framework of the National Agrarian Reform Policy, the situation of rural and settled farmers in the Contestado Settlement Project; 2. To understand how land use, occupation, and exploitation occur in the Contestado Settlement Project; 3. To assess compliance with sustainable development objectives in the Contestado Settlement Project. Primary data were collected from 100 plots through on-site inspections conducted in the settlement between May 6 and 10, 2024, along with direct observations during fieldwork and a review of the existing literature on this settlement. The results indicate that 100% of the settlers are beneficiaries, with only four being irregular occupants. Of the total, 33% of the registered titleholders (T1) are women, while 67% are men. The main crops include rice, beans, fruits, vegetables, milk, corn, pine resin, soybeans, and tubers. Overall, the settlement faces a dilemma: some plots are sustainably managed, aligning with agrarian reform guidelines and striving to meet the principles of family farming through agroecological and agroforestry innovations in organic production. The remaining use and exploitation are linked to soybean and corn monocultures, following the dominant agricultural model promoted on a large scale by agribusiness. Regarding compliance with the Sustainable Development Goals (SDGs), nine SDGs were easily identifiable in the settlement: SDG 1 (No Poverty), SDG 2 (Zero Hunger and Sustainable Agriculture), SDG 3 (Good Health and Well-being), SDG 4 (Quality Education), SDG 5 (Gender Equality), SDG 8 (Decent Work and Economic Growth), SDG 10 (Reduced Inequalities), SDG 12 (Responsible Consumption and Production), SDG 15 (Life on Land). Finally, the findings from the Contestado Settlement not only fulfill the legal requirements of occupational supervision but also strengthen agrarian reform policy by generating data to improve public programs. Additionally, they advance the 2030 Agenda by integrating rural development and sustainability. In the context of Paraná, a state marked by historical conflicts between agribusiness and family farming, this study may serve as a model for other projects, fostering intersectoral dialogue and socio-environmental innovations. Therefore, it represents a strategic initiative to transform local challenges into opportunities for collective engagement.

Keywords: Settlement; Occupational Supervision; Agribusiness; Agroforestry; Agroecology.

## SUMÁRIO

|                                                                 |           |
|-----------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                        | <b>10</b> |
| 1.1 PROBLEMA.....                                               | 12        |
| 1.2 OBJETIVOS.....                                              | 13        |
| 1.2.1 Objetivo geral .....                                      | 13        |
| 1.2.2 Objetivos específicos .....                               | 13        |
| 1.3 JUSTIFICATIVA .....                                         | 14        |
| <b>2 MATERIAL E MÉTODOS .....</b>                               | <b>16</b> |
| 2.1 ÁREA DE ESTUDO .....                                        | 16        |
| 2.2 VISTORIAS <i>IN LOCO</i> .....                              | 20        |
| <b>3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>                       | <b>23</b> |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTADOS DO PA CONTESTADO .....        | 23        |
| 3.2 USO, OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS LOTES DO PA CONTESTADO ..... | 28        |
| 3.3 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....              | 37        |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                             | <b>39</b> |
| <b>5 REFERÊNCIAS.....</b>                                       | <b>41</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A concentração fundiária no Brasil é um dos principais traços estruturais da desigualdade social e econômica no país. Desde o período colonial, a posse da terra foi monopolizada por elites agrárias, gerando uma profunda cisão entre aqueles que detêm os meios de produção e os que, privados deles, dependem do trabalho precário ou da informalidade. Nesse contexto, a Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) configura-se como um instrumento fundamental para enfrentar esse cenário de desigualdade histórica. Através da redistribuição de terras improdutivas e da promoção de assentamentos rurais, a PNRA visa garantir o direito constitucional à terra, à moradia digna e à produção para famílias trabalhadoras do campo (BRASIL, 2005).

A Reforma Agrária não se limita à redistribuição de terras, pois envolve a promoção da justiça social, da equidade econômica e do desenvolvimento sustentável. Ela é uma política de base, com impactos diretos na erradicação da pobreza, na promoção da segurança alimentar, na conservação ambiental e na ruptura com a lógica do latifúndio que atravessa séculos de exclusão e concentração fundiária no Brasil. Como destaca Ribeiro (1995), “a tragédia brasileira é que temos um povo maravilhoso e uma elite horrível”, evidenciando que a injustiça fundiária é parte central da marginalização das majorias. Nessa mesma linha, Stédile (2002) afirma que a luta pela terra é uma das mais legítimas expressões de justiça social no Brasil, pois ela visa garantir que a terra cumpra sua função social, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

A PNRA é implementada por meio da criação e gestão de Projetos de Assentamento (PA), cuja responsabilidade recai sobre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Até o ano de 2023, o Paraná contava com cerca de 370 assentamentos oficiais, somando aproximadamente 30 mil lotes distribuídos por diversas regiões do estado. A política é operacionalizada por meio de processos administrativos de vistoria, desapropriação, seleção de beneficiários, implementação de políticas de crédito e infraestrutura, além de mecanismos de supervisão ocupacional que garantem a legalidade e a permanência das famílias beneficiadas (INCRA, 2023).

A PNRA está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), posteriormente substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas. Em especial, a política contribui para os ODS 1 (Erradicação da pobreza), 2 (Fome zero e agricultura sustentável), 10 (Redução das desigualdades) e 15 (Vida terrestre). Ao garantir terra, crédito, assistência técnica e meios de produção para famílias agricultoras, a Reforma Agrária amplia a inclusão social, reduz a fome e promove práticas agrícolas sustentáveis em consonância com as metas globais para o século XXI (FAO, 2014; STEDILE, 2014).

Nesse processo, a agricultura familiar assume um papel estratégico. Responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos no território nacional, segundo o Censo Agropecuário de 2017, representou um modelo de produção orientado pela diversidade, pelo uso racional dos recursos naturais e pela permanência das famílias no campo. Trata-se de uma agricultura de base ecológica e social, que sustenta circuitos curtos de comercialização, fortalece economias locais e promove segurança alimentar e nutricional (IBGE, 2019; PETSCHLIES, 2021). Nesse sentido, o fortalecimento da agricultura familiar é também um caminho para combater a pobreza rural e as desigualdades regionais.

Em contraposição a esse modelo, o latifúndio se caracteriza por sua lógica de produção voltada à monocultura, à mecanização intensiva e à exportação de commodities, muitas vezes em detrimento de práticas sustentáveis e de relações de trabalho dignas. A lógica do agronegócio, embora produtiva em termos econômicos, não contribui para a distribuição de renda nem para a equidade territorial. Como argumenta Van der Ploeg (2008), a agricultura camponesa é mais resiliente, mais sustentável e mais justa que os modelos industriais de produção. Já Stédile (2002) aponta que a coexistência entre latifúndio e pobreza é estrutural no Brasil, o que exige uma inversão de prioridades na política agrícola nacional.

O Projeto de Assentamento Contestado, situado no município da Lapa, Paraná, constitui um exemplo emblemático da implementação da Reforma Agrária no estado. Criado no início dos anos 2000, o PA Contestado abriga dezenas de famílias e já foi objeto de diversas pesquisas acadêmicas, especialmente nas áreas de agroecologia, educação do campo e desenvolvimento rural (PETSCHLIES, 2021). No entanto, praticamente nenhum estudo se debruçou sobre a supervisão ocupacional com base em dados empíricos sistematizados a partir da realidade dos lotes individuais. Esta lacuna justifica a presente pesquisa, que se propõe a

investigar a ocupação e o uso dos lotes com base em visitas *in loco* e instrumentos de avaliação elaborados especificamente para esse fim.

A supervisão ocupacional, conforme diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa INCRA nº 99/2019, tem como objetivo verificar a conformidade da ocupação com os princípios da Reforma Agrária, identificando situações de abandono, irregularidade ou descumprimento das condições do contrato de assentamento. O presente trabalho é fruto das visitas *in loco* realizadas no PA Contestado entre os meses de agosto e setembro de 2023, no âmbito do convênio firmado entre o INCRA e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), através do Termo de Execução Descentralizada. Esse convênio prevê a execução de supervisão ocupacional em 129 lotes de assentamentos da reforma agrária, sendo o PA Contestado delimitado como área de estudo desta pesquisa.

## 1.1 PROBLEMA

Esses territórios, mesmo sendo frutos de lutas históricas por acesso à terra, ainda operam sob fortes condicionantes impostos pela lógica do agronegócio, que molda o sistema produtivo, a infraestrutura, o acesso a crédito e o próprio imaginário social sobre o que é desenvolvimento rural.

Entre as dificuldades mais recorrentes estão a insuficiência de políticas públicas estruturantes, a precariedade na assistência técnica, a demora na regularização fundiária, e a ausência de apoio sistemático à comercialização da produção. Além disso, muitos assentamentos carecem de infraestrutura básica — como estradas, escolas, unidades de saúde e acesso à internet — o que dificulta não apenas a permanência das famílias no campo, mas também o seu bem-estar e sua inserção em circuitos econômicos mais justos. A sobreposição entre a luta por sobrevivência e a necessidade de resistir à pressão econômica do modelo hegemônico leva muitos assentados a optarem, por vezes, por práticas convencionais de cultivo com uso de agrotóxicos e monoculturas, como forma de garantir renda imediata frente à ausência de suporte técnico e logístico para a agroecologia.

Essa situação evidencia que a reforma agrária, embora seja uma conquista fundamental, não se encerra com o acesso à terra. Ela demanda um processo

contínuo de acompanhamento, investimento e valorização dos modos de vida camponeses, articulando justiça social, sustentabilidade ambiental e soberania alimentar. É nesse contexto que a agroecologia surge como um horizonte viável e necessário — mas que, para se consolidar, precisa romper com a marginalização histórica imposta ao campesinato e ser sustentada por políticas públicas coerentes, financiamento adequado e reconhecimento institucional.

O Projeto de Assentamento Contestado, localizado no município da Lapa, região metropolitana de Curitiba, apresenta características singulares que justificaram a realização desta pesquisa, sobretudo por reunir experiências agroecológicas consolidadas e, ao mesmo tempo, contradições típicas da realidade camponesa no Brasil. A partir da participação direta nas vistorias realizadas *in loco*, buscou-se responder às seguintes questões centrais: 1) De que forma se caracteriza a situação ocupacional dos assentados e assentadas do PA Contestado perante a Política Nacional de Reforma Agrária, considerando tanto os dados cadastrais quanto as observações empíricas? 2) Como se dá, na prática, o uso, a ocupação e a exploração produtiva dos lotes, diante da coexistência de diferentes modelos agrícolas, incluindo a agroecologia e os cultivos convencionais? 3) Quais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme propostos na Agenda 2030 da ONU, podem ser reconhecidos na dinâmica cotidiana do assentamento, com base nas práticas produtivas, sociais e ambientais observadas no território?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Apresentar um panorama das características dos assentados, e do uso, ocupação e exploração dos lotes do Projeto de Assentamento do Contestado, na Lapa, Paraná.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Caracterizar perante a Política Nacional de Reforma Agrária, a situação dos agricultores rurais e assentados do Projeto de Assentamento do Contestado;

Analisar o uso, a ocupação e a exploração dos lotes do Projeto de Assentamento do Contestado;

Observar o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável no Projeto de Assentamento do Contestado.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A realização de uma pesquisa para caracterizar os agricultores assentados e analisar o uso, ocupação e exploração dos lotes no Projeto de Assentamento Contestado, no município da Lapa (PR), justifica-se a partir de três pilares interconectados: Supervisão Ocupacional em Assentamentos de Reforma Agrária, a Política Nacional de Reforma Agrária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A pesquisa no Assentamento Contestado permite mapear desafios específicos e propor soluções alinhadas às diretrizes da supervisão ocupacional, fortalecendo a governança local, considerando que a reforma agrária no Brasil tem como objetivos centrais reduzir desigualdades sociais, promover justiça territorial e estimular a agricultura familiar sustentável. Contudo, sua efetividade depende de diagnósticos precisos sobre a realidade dos assentamentos. Nesse contexto, a pesquisa permite verificar se o projeto alcançou metas como melhoria da qualidade de vida, geração de renda e segurança alimentar das famílias assentadas. Busca identificar problemas evidenciados *in loco*, e pode subsidiar ajustes nas ações do INCRA e parceiros. Além disso, ao propor caracterizar os agricultores ajuda compreender o panorama do assentamento em acordo com o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Ao considerar os ODS, estabelecidos pela ONU em 2015, que orientam políticas globais para erradicação da pobreza, sustentabilidade e equidade, será possível conhecer para quais deles o Projeto de Assentamento Contestado contribui diretamente.

A pesquisa no Assentamento Contestado não apenas cumpre exigências legais da Supervisão Ocupacional, como também fortalece a política de reforma agrária ao gerar dados para aprimorar programas públicos e avança na agenda 2030 ao integrar desenvolvimento rural e sustentabilidade. Além disso, no contexto paranaense – marcado por conflitos históricos entre agronegócio e agricultura

familiar –, o estudo pode servir como modelo para outros projetos, promovendo diálogos intersetoriais e inovações socioambientais. Portanto, trata-se de uma iniciativa estratégica para transformar desafios locais em oportunidades de progresso coletivo.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

### 2.1 ÁREA DE ESTUDO

O Projeto de Assentamento Contestado, localizado no município da Lapa, região metropolitana de Curitiba, completou 25 anos de história em 2024. A ocupação da área ocorreu no dia 7 de fevereiro de 1999, quando famílias de agricultoras e agricultores organizados pelo Movimento Sem Terra (MST) ocuparam o território com o objetivo de fazer valer o que está previsto na Constituição Federal: o direito à terra para quem nela trabalha. A área então pertencia ao grupo Incepa, que havia contraído dívidas com a União e instituições bancárias. Após meses de mobilização e resistência, a área foi destinada oficialmente à Reforma Agrária, sendo criado o assentamento em 26 de abril de 2004 (Figura 1).

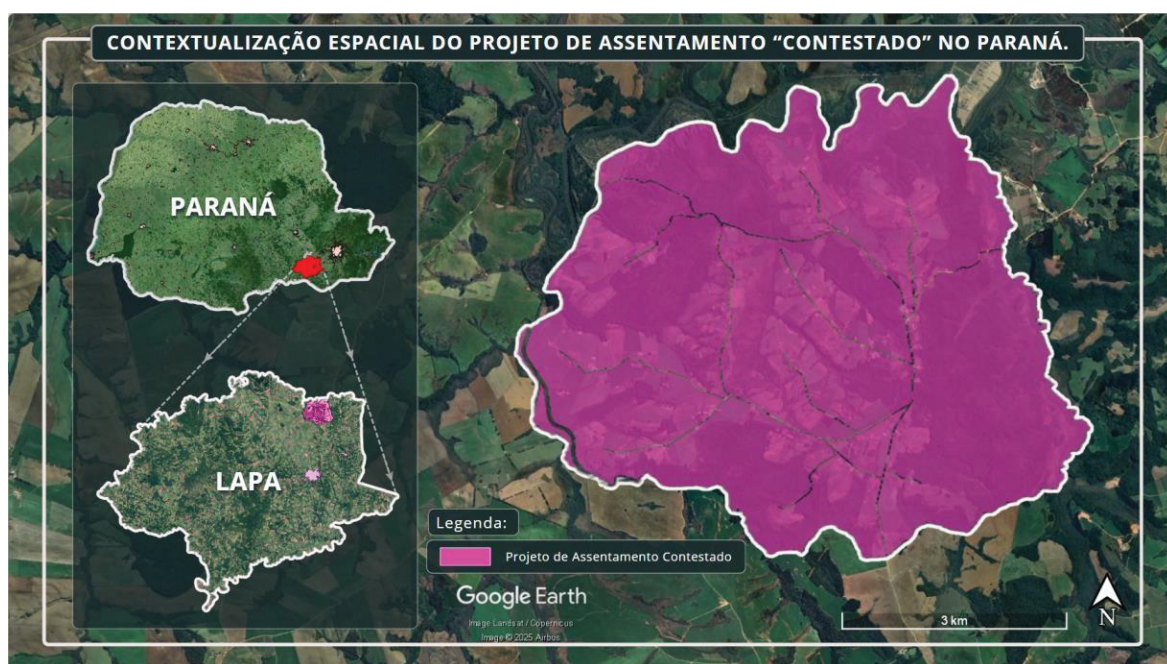


Figura 1: Contextualização espacial do PA Contestado, Lapa, PR.

O PA Contestado está atualmente classificado pelo INCRA na fase de “Assentamento em Instalação”, o que significa que o processo de consolidação ainda está em curso, com ações voltadas à regularização fundiária, implantação de infraestrutura básica, acesso a políticas públicas e acompanhamento técnico às famílias assentadas. Sua capacidade inicial foi definida para 108 famílias, com 106 famílias assentadas formalmente e cerca de 160 famílias residentes de fato,

conforme dados do Movimento Sem Terra (2022). A área total do assentamento é de 2.973,57 hectares, sendo uma das maiores do estado do Paraná em extensão contínua.

Do ponto de vista físico-geográfico, o assentamento situa-se em região de relevo suavemente ondulado a ondulado, o que favorece a mecanização agrícola e o acesso viário entre os lotes. O tipo de solo predominante é o Latossolo Vermelho Distrófico, caracterizado por boa profundidade, textura argilosa e média a alta capacidade de retenção de água, embora exija correção de acidez e reposição de nutrientes para uso agrícola (EMBRAPA, 2025). A vegetação original pertence ao domínio da Floresta Ombrófila Mista, típica formação da Mata Atlântica, com ocorrência significativa de araucárias, embora a cobertura vegetal original esteja bastante fragmentada devido a atividades agropecuárias históricas (BRASIL ESCOLA, 2025). O clima da região é subtropical úmido mesotérmico (Cfb na classificação de Köppen), com verões amenos, invernos frios com ocorrência de geadas e chuvas bem distribuídas ao longo do ano, favorecendo a produção diversificada (EMBRAPA FLORESTAS, 2025).

A produção agroecológica constitui o eixo estruturante da vida no Projeto de Assentamento Contestado, sendo compreendida não apenas como um conjunto de práticas produtivas, mas também como uma base ética, política e organizativa das famílias assentadas. Nesse contexto, destaca-se a criação da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) (Figura 2), fundada em 2005 por iniciativa coletiva dos assentados, em parceria com organizações da sociedade civil, como a Via Campesina. Seu principal objetivo é articular os saberes populares com a formação técnico-científica voltada à agroecologia. A escola oferece, em cooperação com o Instituto Federal do Paraná (IFPR – Campus Campo Largo), o curso de Tecnologia em Agroecologia, além da Licenciatura em Educação do Campo, promovida em conjunto com a Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. A ELAA se consolidou como referência na educação do campo, recebendo estudantes de diversas regiões do Brasil e de outros países da América Latina.



Figura 2: Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA).

O assentamento conta com uma estrutura educacional básica consolidada, fruto das conquistas coletivas da comunidade. A educação infantil é ofertada por meio da Ciranda Infantil, enquanto o ensino fundamental e o ensino médio são garantidos por instituições públicas instaladas no território, especificamente uma escola municipal e um colégio estadual, cuja implementação resultou da mobilização dos próprios assentados em articulação com o poder público.

Para organizar o escoamento da produção, foi fundada, em abril de 2010, a Cooperativa Terra Livre, com um diferencial relevante: trata-se de uma cooperativa 100% agroecológica. Seus produtos abastecem feiras livres, cestas agroecológicas e, principalmente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 2021, a cooperativa entregava cerca de 15 toneladas semanais de alimentos a dezenas de escolas. A estrutura de produção é ampliada por um viveiro com capacidade de produção de 2 mil mudas de hortaliças por mês, um barracão de 400 m<sup>2</sup> para armazenamento e uma agroindústria que processa mandioca, abóbora, tomate,

frutas e hortaliças, transformando-os em molhos, doces e conservas (Kaminski et al., 2018).

A área também é referência na integração entre Saúde Pública e Saúde Popular. O assentamento conta com uma Unidade Básica de Saúde (UBS), que oferece atendimentos clínicos e práticas integrativas, como bioenergia, chás medicinais e terapias naturais. A unidade possui uma horta medicinal comunitária, expressando o cuidado ampliado com a saúde das pessoas e do território.

O assentamento está localizado em uma área ambientalmente sensível, inserida no bioma Mata Atlântica, e abriga experiências relevantes de cultivo agroecológico — especialmente por meio de sistemas agroflorestais e da conservação de sementes crioulas. Essas práticas vêm sendo associadas a esforços de conservação ambiental, promoção da segurança alimentar e fortalecimento da soberania popular, além de dialogarem com diretrizes presentes nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Observa-se também um protagonismo significativo de mulheres e jovens na produção e na gestão coletiva do território. Embora os desafios estruturais persistam, o grau de organização comunitária, articulado à proximidade com a capital do estado, tem favorecido o desenvolvimento de formas locais de resistência camponesa e alternativas socioambientais que merecem atenção no debate sobre transições ecológicas justas.

O município da Lapa, por sua vez, possui uma população estimada em 45.003 habitantes (IBGE, 2023), distribuída em uma área de 2.093,86 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 21,49 hab./km<sup>2</sup>. A economia local baseia-se nos setores de serviços, agropecuária e indústria, com aproximadamente 60% da população vivendo em áreas urbanas. A Lapa tem um histórico marcado por conflitos fundiários, o que reforça a importância simbólica do Assentamento Contestado como espaço de efetivação de direitos sociais e territoriais.

Os dados apresentados nesta pesquisa foram obtidos por meio da participação da autora nas atividades desenvolvidas no âmbito do convênio firmado entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), viabilizado por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED). A pesquisadora integrou a equipe responsável pela Supervisão Ocupacional, uma das ações previstas no TED, cuja metodologia

envolve vistorias *in loco*, análise de documentos, entrevistas informais e o uso de ferramentas digitais disponibilizadas pelo INCRA.

Durante as vistorias realizadas no PA Contestado, foram coletadas informações adicionais junto a 100 assentadas e assentados, por meio da aplicação de um questionário breve em campo, utilizando o aplicativo Zoho Forms. Esse instrumento teve caráter exploratório, com o objetivo de levantar percepções e condições relacionadas à ocupação dos lotes, práticas produtivas, acesso a políticas públicas e dinâmicas comunitárias. O formulário coletou dados autodeclarados sobre sexo, cor/raça, nível de escolaridade, situação ocupacional, além dos principais tipos de produção primária e secundária desenvolvidos nos lotes. Também foram registradas observações relevantes apontadas durante as vistorias. As informações obtidas complementam os dados secundários provenientes de relatórios institucionais, documentos oficiais do INCRA e produções de organizações sociais vinculadas ao território.

## 2.2 VISTORIAS *IN LOCO*

As vistorias no Projeto de Assentamento Contestado foram realizadas no período de 6 a 10 de maio de 2024, como parte das ações do convênio firmado entre o INCRA e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED). A atividade contou com a participação de uma equipe técnica composta por oito pessoas, organizadas em duas equipes de campo, cada uma com um veículo e divididas em duplas de trabalho. A logística adotada permitiu a otimização do tempo e o alcance de diferentes núcleos do assentamento durante os cinco dias de atividade.

Ao todo, foram vistoriados 113 lotes, superando a previsão inicial de 108 unidades. A metodologia seguiu o protocolo da Supervisão Ocupacional do INCRA, sendo as vistorias realizadas de forma presencial e direta, com aplicação de formulários padronizados, geolocalização dos pontos vistoriados e registros fotográficos. Cada visita envolvia o diálogo com os beneficiários ou ocupantes, observações das condições de uso e exploração do lote, identificação de cultivos, estruturas físicas, indícios de abandono ou irregularidade, além de registros subjetivos importantes para qualificar a análise posterior.

As informações foram inseridas diretamente no aplicativo PGT Campo (Plataforma de Gestão Territorial – Módulo Campo), ferramenta desenvolvida pelo INCRA para sistematizar as vistorias e gerar laudos padronizados. O PGT Campo permite o preenchimento digital de dados fora do ambiente de internet, anexação de imagens, georreferenciamento e envio automático ao sistema central do órgão (quando online), otimizando o processo de análise ocupacional.

Além dos dados cadastrais básicos (nome do titular, número do lote, situação jurídica), foram coletadas as seguintes informações via formulário eletrônico:

- Identificação de Titular 1 (T1) e Titular 2 (T2): sexo, cor/raça, escolaridade;
- Situação da ocupação (se beneficiário reconhecido ou ocupante irregular);
- Tipo de produção agrícola ou pecuária (primária e secundária);
- Destinação da produção (feiras, PNAE, subsistência etc.);
- Condições do lote (construções, presença de horta, roçado, mata, abandono);
- Uso de agrotóxicos ou práticas agroecológicas;
- Indícios de conflitos, abandono ou descumprimento contratual.

A geolocalização de cada lote foi realizada por meio de coordenadas GPS inseridas automaticamente pelo dispositivo móvel no momento do preenchimento do formulário, o que garante a precisão espacial das informações. Esse dado é fundamental para o cruzamento com as bases de dados geoespaciais do INCRA, especialmente nos processos de regularização fundiária e atualização cartográfica dos assentamentos.

Para fins analíticos, os dados utilizados neste estudo foram organizados em duas grandes categorias: dados quantitativos, processados a partir das respostas padronizadas do formulário (por exemplo, número de beneficiários regulares, tipos de cultivo, escolaridade, gênero); e dados qualitativos, oriundos das observações livres realizadas pelos vistoriadores em campo. As anotações qualitativas incluíram:

- Impressões sobre o manejo agroecológico e sistemas agroflorestais;
- Registro de experiências inovadoras (como viveiros, agroindústrias, guardiões de sementes);
- Notas sobre condições precárias de moradia ou infraestrutura;
- Casos de violência doméstica e possíveis situações de vulnerabilidade;

Participação ativa em movimentos sociais ou organização coletiva;  
Relatos sobre relações de mercado, escoamento da produção e acesso a políticas públicas.

Essas anotações, embora não padronizadas, oferecem subsídios importantes para compreender a realidade multifacetada dos assentamentos, indo além da leitura técnica e burocrática da supervisão ocupacional. Juntas, as informações obtidas fornecem um retrato abrangente da situação ocupacional e produtiva do PA Contestado, contribuindo para a avaliação da efetividade da política de reforma agrária em sua dimensão social, ambiental e econômica.

### 3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTADOS DO PA CONTESTADO

Esta sessão será representada pelas características autodeclaradas relacionadas a sexo, cor e raça, nível de escolaridade, situação ocupacional, e principais tipos de produção primária e secundária observadas nos lotes, além de observações relevantes.

Em relação ao sexo identificado como Titular 1, observamos que 33 são mulheres e 67 são homens. Já em relação a cor e raça, entre as mulheres identificadas como T1, 17 são brancas, 12 são pardas, 2 são pretas, uma mulher se declarou como indígena e uma não respondeu (Gráfico 1).

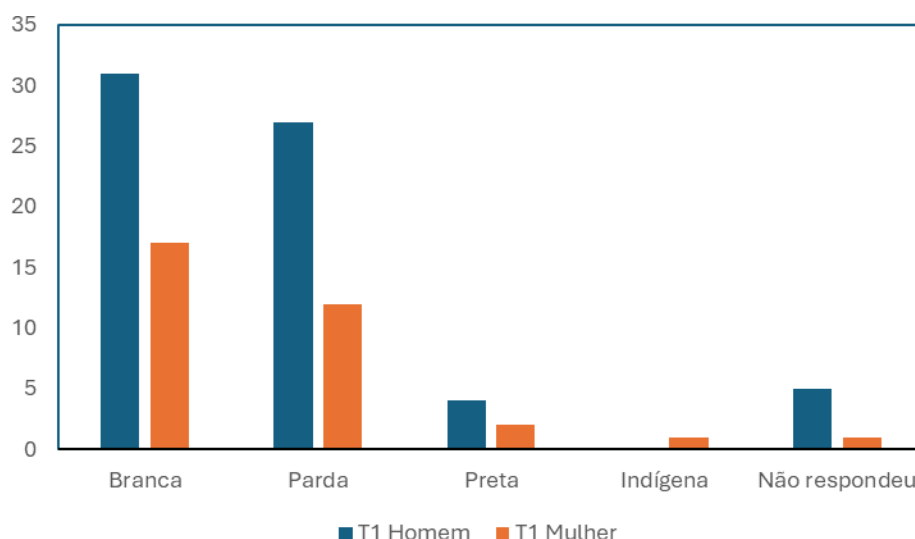


Gráfico 1: Identificação de cor e raça entre os titulares (T1) do PA Contestado, Lapa, PR.

Em relação ao sexo identificado como T2, temos a seguinte composição auto declaratória: 49 mulheres e 20 homens. Entre as mulheres 24 são brancas, 17 dão pardas e três são pretas. Outras cinco não responderam. Já entre os homens, oito são brancos, oito são pardos, um é preto e três não responderam (Gráfico 2). Identificamos que 31 T1 não possuem companheiras/os. Isso pode estar relacionado ao fato de serem viúvos/as, separados/as, divorciados/as ou até mesmo ao fato de não relacionarem um T2 no ato da vistoria. Observou-se que 13 mulheres T1 não

possuem companheiros ou cônjuges. Já entre os T1 homens, verificou-se que 18 não possuem companheiras ou cônjuges.

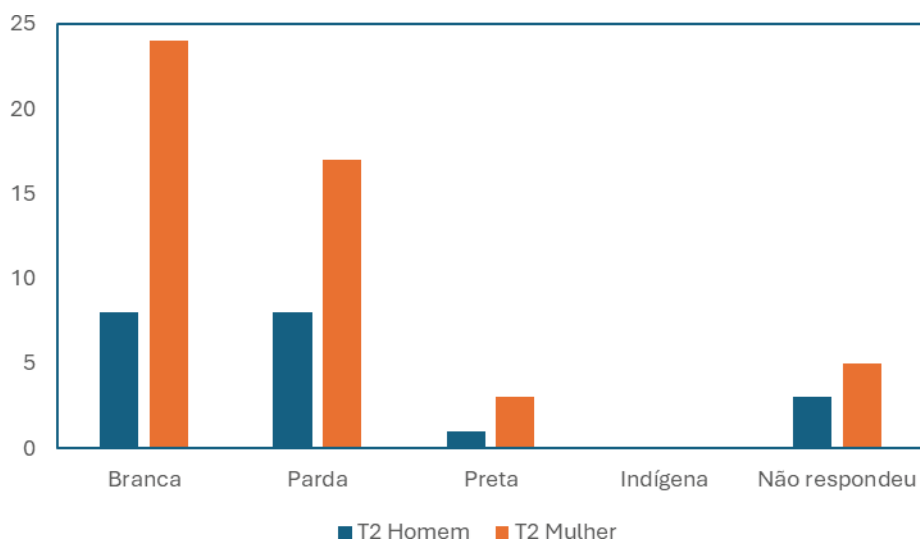


Gráfico 2: Identificação de gênero, cor e raça entre os titulares (T2) do PA Contestado, Lapa, PR.

Quanto ao nível de escolaridade, os resultados estão representados na Quadro 1. Como a maior predominância em T1 é de homens, o resultado vai refletir em um maior número de homens com maior nível de escolaridade no ensino fundamental, médio e superior completo.

Quadro 1: Nível de escolaridade dos beneficiários e ocupantes T1 do PA Contestado, Lapa, PR.

| Escolaridade        | Total | Homem | Mulher | HB | MB | HP | MP | HPR | MPR | Indígena |
|---------------------|-------|-------|--------|----|----|----|----|-----|-----|----------|
| Analfabeto          | 3     | 1     | 2      | 0  | 1  | 1  | 1  | 0   | 0   | 0        |
| Alfabetizado        | 7     | 4     | 3      | 2  | 2  | 2  | 1  | 0   | 0   | 0        |
| Fund. incompleto    | 46    | 28    | 18     | 12 | 9  | 13 | 7  | 3   | 1   | 1        |
| Fund. completo      | 7     | 6     | 1      | 3  | 0  | 3  | 1  | 0   | 0   | 0        |
| Médio incompleto    | 7     | 5     | 2      | 3  | 2  | 2  | 0  | 0   | 0   | 0        |
| Médio completo      | 13    | 9     | 4      | 5  | 2  | 4  | 2  | 0   | 0   | 0        |
| Técnico completo    | 1     | 1     | 0      | 1  | 0  | 0  | 0  | 0   | 0   | 0        |
| Superior completo   | 6     | 4     | 2      | 1  | 1  | 2  | 1  | 1   | 0   | 0        |
| Superior incompleto | 1     | 1     | 0      | 1  | 0  | 0  | 0  | 0   | 0   | 0        |
| Não informou        | 9     | 0     | 0      | 0  | 0  | 0  | 0  | 0   | 0   | 0        |
| Total               | 100   | 59    | 33     | 28 | 17 | 27 | 13 | 4   | 1   | 1        |

Onde: HB = Homem Branco, MB = Mulher Branca, HP = Homem Pardo, MP = Mulher Parda, HPr = Homem Preto, MPPr = Mulher Preta.

Quadro 2: Nível de escolaridade dos beneficiários e ocupantes T2 do PA Contestado, Lapa, PR.

| Escolaridade        | Total | Homem | Mulher | HB | MB | HP | MP | HPR | MPR | Indígena |
|---------------------|-------|-------|--------|----|----|----|----|-----|-----|----------|
| Analfabeto          | 4     | 1     | 3      | 0  | 1  | 1  | 2  | 0   | 0   | 0        |
| Alfabetizado        | 2     | 0     | 2      | 0  | 1  | 0  | 1  | 0   | 0   | 0        |
| Fund. incompleto    | 29    | 10    | 19     | 4  | 9  | 5  | 8  | 1   | 2   | 0        |
| Fund. Completo      | 5     | 3     | 2      | 1  | 2  | 1  | 1  | 0   | 0   | 0        |
| Médio incompleto    | 4     | 1     | 3      | 1  | 2  | 0  | 1  | 0   | 0   | 0        |
| Médio completo      | 9     | 1     | 8      | 1  | 4  | 0  | 4  | 0   | 0   | 0        |
| Técnico completo    | 0     | 0     | 0      | 0  | 0  | 0  | 0  | 0   | 0   | 0        |
| Superior completo   | 5     | 1     | 4      | 1  | 3  | 0  | 0  | 0   | 1   | 0        |
| Superior incompleto | 1     | 0     | 1      | 0  | 1  | 0  | 0  | 0   | 0   | 0        |
| Não informou        | 10    | 3     | 7      | 0  | 0  | 0  | 0  | 0   | 0   | 0        |

Onde: HB = Homem Branco, MB = Mulher Branca, HP = Homem Pardo, MP = Mulher Parda, HPr = Homem Preto, MPPr = Mulher Preta.

Somando a escolaridade dos T1 com os T2, temos a seguinte composição no PA Contestado, expressa pelo Gráfico 3.

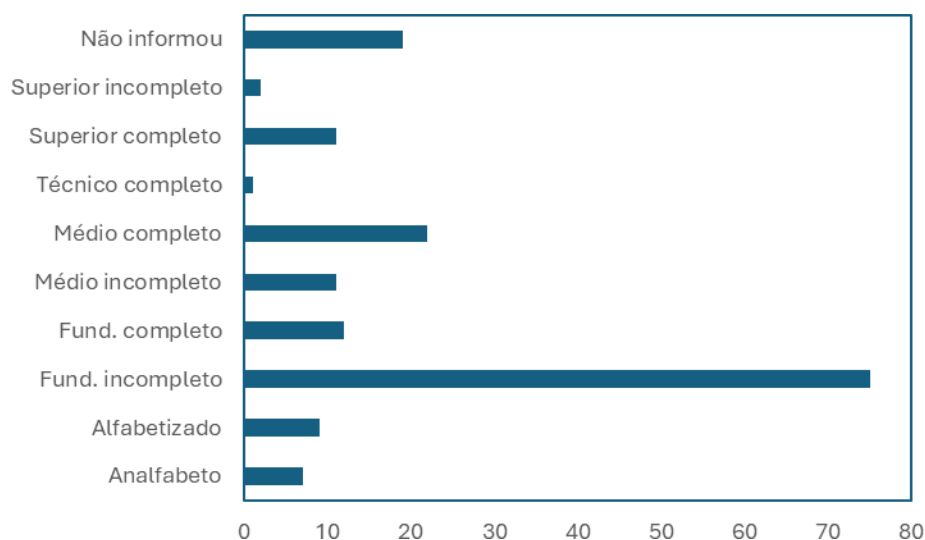


Gráfico 3: Nível de escolaridade dos assentados do PA Contestado (T1 + T2), Lapa, PR.

Quando analisamos a escolaridade dos assentados conjuntamente com cor e raça, os dados consolidados para T1 expressam as seguintes composições para o PA Contestado.

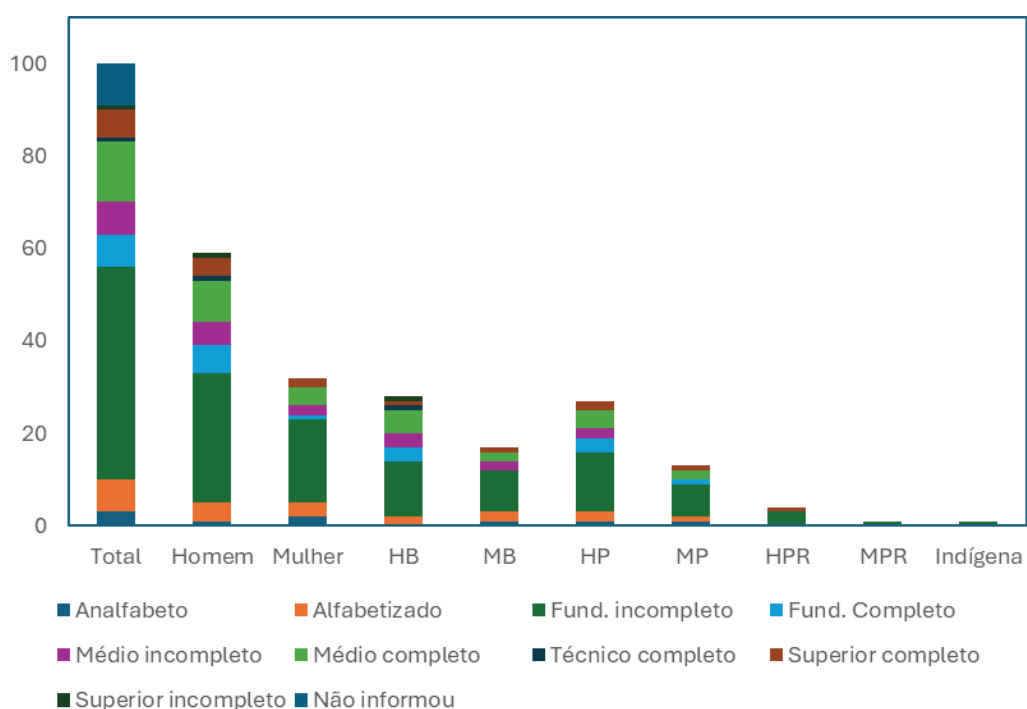


Gráfico 4: Grau de escolaridade segundo cor e raça dos assentados T1 do PA Contestado, Lapa, PR. Onde: HB = Homem Branco, MB = Mulher Branca, HP = Homem Pardo, MP = Mulher Parda, HPr = Homem Preto, MPr = Mulher Preta.

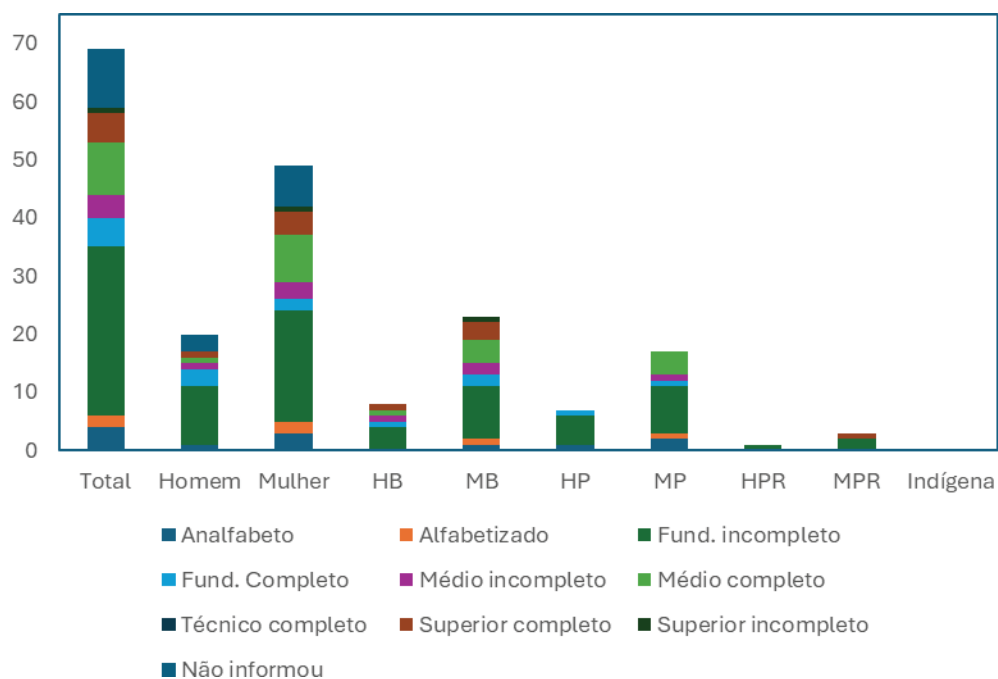


Gráfico 5: Grau de escolaridade segundo cor e raça dos assentados T2 do PA Contestado, Lapa, PR. Onde: HB = Homem Branco, MB = Mulher Branca, HP = Homem Pardo, MP = Mulher Parda, HPr = Homem Preto, MPr = Mulher Preta.

A análise do nível de escolaridade dos assentados T1 e T2 do PA Contestado é relevante à medida que a Política Nacional de Reforma Agrária impõe

procedimentos para os assentados que invariavelmente não são simples de serem entendidos e executados (Quadro 1, Quadro 2, Gráfico 3, Gráfico 4, Gráfico 5). Quando observamos que quase a metade dos T1 deste assentamento possuem o ensino fundamental incompleto (Quadro 1), e o que a mesma situação se repete para os T2 (Quadro 2) há que se ponderar sobre a complexidade intrínseca que permeia os procedimentos de regularização da situação ocupacional de cada lote. O nível de discernimento aumenta com o nível de escolaridade, mas apenas 13 pessoas possuem o nível médio completo e somente seis assentados possuem ensino superior.

Esta constatação nos remete que este é o projeto de assentamento mais próximo da capital do Paraná, localizado a aproximadamente 70 km de Curitiba, onde está sediado a regional do INCRA e que o mesmo PA encontra neste quesito uma série de facilidades, que vão desde sua abrangência política até as facilidades com que os servidores do INCRA possuem para resolver pendências e demandas dos assentados em relação a regularização ocupacional. Mas deixa a reflexão de que em projetos de assentamentos mais distantes, a situação torna-se mais complexa. Vale destacar que o PA Contestado dispõe de uma estrutura institucional rara entre os assentamentos da reforma agrária no Paraná, especialmente no que se refere às áreas de educação e saúde. Além das escolas públicas voltadas ao ensino básico, o território abriga uma instituição de formação técnica e política voltada à agroecologia, cuja atuação tem ampliado significativamente o acesso à educação de qualidade para jovens do campo e de comunidades camponesas latino-americanas. Essa configuração, resultado de intensos processos de mobilização social e parcerias institucionais, permanece como uma exceção no contexto paranaense, onde a maior parte dos assentamentos segue enfrentando limitações estruturais que dificultam o acesso regular a serviços públicos essenciais e restringem as possibilidades de desenvolvimento local sustentável.

Em relação a cor e raça, os resultados obtidos para T1 evidenciam que se somarmos os homens pardos e pretos, eles representam a maior parte dos assentados do PA Contestado. Entre as mulheres há um leve predomínio de brancas (Quadro 1). Não há diferenças significativas entre os níveis de estudo em relação a cor e raça. O que se observa é que predomina o mesmo padrão de baixo nível de escolaridade igualmente distribuído entre os assentados homens e mulheres, independentemente da cor e da raça (Quadro 1 e 2, Gráfico 4 e 5).

### 3.2 USO, OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS LOTES DO PA CONTESTADO

A partir de observações qualitativas descrevemos uma síntese das percepções desta semana de trabalho de campo e vistoria *in loco* no PA Contestado. O tempo de trabalho foi em geral de oito horas diárias e raramente ultrapassou isso, no último dia, o trabalho foi finalizado mais cedo. A logística de permanecer por toda a semana no assentamento possibilitou que a equipe realizasse os almoços na Cooperativa todos os dias.

Diferente dos outros PA visitados no âmbito do TED/INCRA/UFPR em que a equipe da UFPR organizou a distribuição espacial dos lotes segundo critérios definidos, a partir dos relatórios de demanda, para este PA as próprias lideranças do assentamento, dos diferentes núcleos, organizaram as visitas, sob a coordenação da Professora Tânia Márcia Bagnara, a partir de duas visitas de reconhecimento e organização realizadas anteriormente. Estas visitas foram cruciais para viabilizar os trabalhos de campo. Portanto, não houve qualquer contratempo em relação a organização comunitária do trabalho de supervisão ocupacional, pelo contrário, facilitou muito o deslocamento e a logística.

O trabalho de campo evidenciou que a maior parte dos assentados deste PA são beneficiários. Dos 100 respondentes do formulário, 96 eram beneficiários e apenas quatro eram ocupantes. Uma possível explicação para esses dados, que se distinguem significativamente de outros Projetos de Assentamento no Estado do Paraná, pode estar relacionada à proximidade com a capital e à curta distância em relação ao centro urbano do município da Lapa.

A proximidade do PA Contestado com centros urbanos e instituições públicas tem contribuído de maneira significativa para a qualidade de vida das famílias assentadas, ao ampliar o acesso a serviços essenciais e potencializar sua capacidade de articulação política junto aos órgãos governamentais. Observa-se, nesse assentamento, um elevado grau de organização comunitária, com lideranças atuantes e uma infraestrutura notavelmente mais robusta em comparação a outros projetos de reforma agrária no estado do Paraná. Dentre os principais equipamentos coletivos presentes, destacam-se uma Unidade Básica de Saúde com práticas integrativas, uma cooperativa voltada à produção e comercialização agroecológica, um armazém comunitário que viabiliza o escoamento da produção local e uma instituição de ensino técnico-formativo voltada à agroecologia, anteriormente referida

como Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), que reafirma o papel estratégico da educação do campo no fortalecimento do território.

O Relatório de Demandas utilizado como base para as vistorias *in loco* indicava inicialmente a necessidade de análise de 108 lotes. No entanto, como é comum em levantamentos de campo, a realidade observada apresentou maior complexidade, resultando na realização de 113 laudos no sistema PGT-Campo.

Observou-se que o Assentamento Contestado apresenta uma expressiva concentração de famílias assentadas dedicadas à produção orgânica, em proporção superior à verificada em outros assentamentos acompanhados no âmbito do mesmo convênio. Essa produção abrange não apenas hortaliças e frutas, mas também alimentos de origem animal, como queijos artesanais, resinas e sementes (Gráfico 5). Parte significativa dos agricultores comercializa seus produtos em feiras de Curitiba e no Mercado Municipal; entretanto, os principais canais de escoamento identificados foram os programas institucionais de compras públicas, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Estima-se que aproximadamente metade dos lotes do assentamento esteja voltada à produção agroecológica, com destaque para a diversidade de cultivos de hortaliças organizados em sistemas agroflorestais manejados com elevado grau de conhecimento técnico.

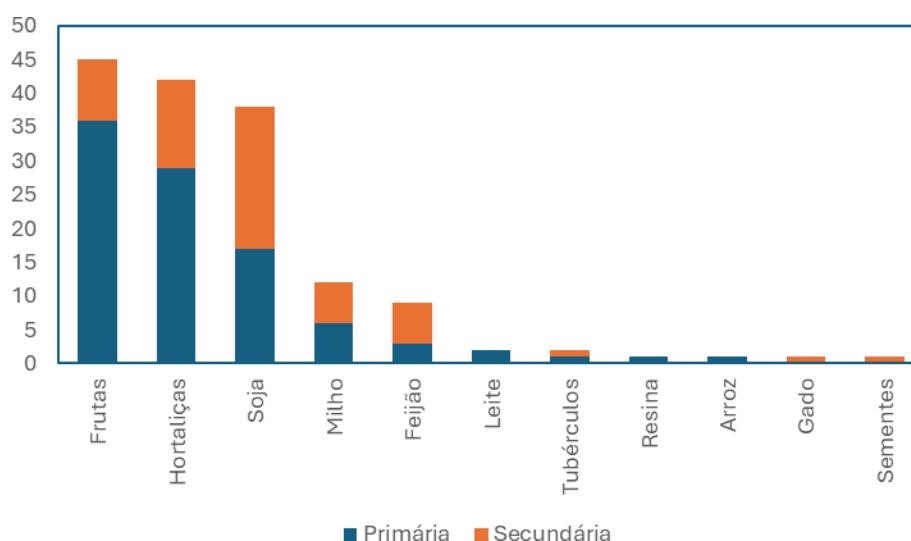


Gráfico 5: Principais produções primárias e secundárias do PA Contestado.

Nos lotes não voltados à produção orgânica, predominam cultivos convencionais de milho, soja e morango, sendo este último especialmente significativo no contexto econômico do assentamento (Gráfico 5). Observou-se um número expressivo de agricultores dedicados ao cultivo de morango em sistema convencional, com uso intensivo de estufas. Estimativas levantadas em campo indicam que a maior parcela da renda gerada por essas famílias provém dessa cultura, cuja importância local é evidenciada pela forma como esses produtores são reconhecidos internamente como “morangueiros”. Alguns desses agricultores dispõem de infraestrutura especializada, como veículos adaptados para o transporte da produção até centros de distribuição, como o Ceasa. O cultivo de trigo é pontual, e a criação de animais ocorre majoritariamente em regime de subsistência, com foco na criação de galinhas, suínos e vacas leiteiras.



Figura 3: Agricultora produtora de hortaliças orgânicas do PA Contestado, Lapa, PR.

Muitas vistorias *in loco* foram destacadas positivamente: os Sistemas Agroflorestais de hortaliças orgânicas; uma das maiores plantações de morangos orgânicos do Paraná; um guardião de sementes que possui mais de 900 variedades de feijões e favas, além de dezenas de variedades de milho e outras plantas, inclusive hortaliças.



Figura 4: Lote de produção orgânica de hortaliças no PA Contestado, Lapa, PR.

Em um dos lotes voltados à produção orgânica em sistema agroflorestal, não há preocupação em eliminar completamente o mato (Figura 4). Pelo contrário, os capins são intencionalmente mantidos e utilizados para cobrir o solo, contribuindo para a retenção de umidade e oferecendo proteção contra o frio intenso e as geadas do inverno. Segundo o agricultor do Sítio Joaninhas — guardião de sementes crioulas e praticante da agroecologia —, quando manejados de forma adequada, esses capins proporcionam diversos benefícios ecológicos, produtivos e sustentáveis. Ainda assim, ele destaca a importância de cuidados no manejo para evitar que a vegetação espontânea entre em competição direta com as hortaliças cultivadas. Entre os principais benefícios do uso controlado de capins nos sistemas agroflorestais estão a prevenção da erosão, a preservação da umidade no solo, a melhoria da fertilidade por meio da adubação verde e o estímulo à vida no solo, o que facilita a entrada e retenção da água. Segundo o agricultor do Sítio Joaninhas, os canteiros de capim também cumprem um papel importante ao se integrarem aos sistemas produtivos como barreiras naturais, ajudando a direcionar o fluxo da água da chuva e a criar ambientes mais favoráveis ao crescimento das plantas. Esses canteiros podem ainda ser alternados com o uso de pequenos animais, que

devolvem nutrientes ao solo por meio de seus dejetos. Além disso, os capins contribuem no controle de pragas, atraindo insetos benéficos, como as joaninhas, e auxiliando na redução de organismos que prejudicam as hortaliças. O agricultor afirma que, por entender essas vantagens, optou por não criar gado, considerando que a pecuária exige muita terra para pouco retorno, enquanto a produção de alimentos variados permite melhor aproveitamento do espaço. Ele também destaca que o pisoteio constante do gado pode comprometer a qualidade do solo, dificultando sua recuperação e diminuindo seu potencial produtivo. Sua escolha reflete uma visão de manejo que prioriza o equilíbrio com a natureza e a eficiência na produção de alimentos saudáveis, reforçando os princípios da agroecologia praticados no assentamento.



Figura 5: Canteiros de produção de hortaliças orgânicas no PA Contestado, Lapa, PR.

O agricultor César Luís Kerber é um dos destaques deste PA. Um próspero produtor agroecológico, além de pesquisador experimental em biodiversidade e consultor e agente multiplicador de Sistemas Agroflorestais, como ele próprio se define. As imagens das Figuras 4, 5 e 6 foram realizadas na visita ao seu sítio. Ele é o guardião artesanal de uma grande e valiosa variedade de sementes crioulas, notavelmente feijões e favas (Figura 6).



Figura 6: Composição de imagens de sementes crioulas do Sítio Joaninha.

Do ponto de vista crítico, a ocorrência de situações envolvendo violência doméstica no PA Contestado — mesmo em um assentamento com presença ativa de movimentos sociais e com senso comunitário mais fortalecido — chama atenção para fragilidades na Política Nacional de Reforma Agrária e nos limites da atuação institucional do INCRA. No âmbito da pesquisa realizada no âmbito do TED/INCRA/UFPR, foi possível observar que, em alguns casos, situações de violência resultaram na permanência de ambas as partes no mesmo lote, o que levanta preocupações quanto à segurança das mulheres e à mediação adequada desses conflitos.

Foi perceptível o engajamento de muitos membros das comunidades com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sendo que em cada núcleo

existem lideranças e praticamente todo estão dedicados a produção de hortaliças orgânicas.

O padrão das moradias e das condições de vida observadas no assentamento indicam, em grande parte, sinais de prosperidade e melhoria socioeconômica (Figura 7). No entanto, há exceções — algumas famílias ainda vivem em situação de subsistência, com acesso limitado a recursos básicos. Também foram relatados casos de doenças graves, como câncer, transtornos do espectro autista e problemas neurológicos, cuja possível relação com o uso de agrotóxicos foi mencionada por alguns moradores, levantando preocupações sobre os impactos da exposição prolongada a essas substâncias.



Figura 7: Casal de assentados beneficiários no PA Contestado, Lapa, PR.

Ainda que o assentamento reúna experiências consolidadas e inspiradoras no campo da agroecologia, a realidade observada também revelou contradições e desafios que precisam ser enfrentados. Alguns assentados manifestaram preocupações relacionadas à proximidade entre lavouras orgânicas e áreas onde ainda se utilizam agrotóxicos, especialmente nos cultivos convencionais de milho, soja e morango. Esses relatos revelam a complexidade da convivência entre os distintos modelos produtivos presentes no assentamento, e apontam para entraves estruturais à transição agroecológica, particularmente no que diz respeito à inserção de produtos orgânicos no mercado. Muitos assentados ainda consideram os cultivos convencionais mais viáveis economicamente, dada a fragilidade das cadeias de comercialização da agroecologia. Como apontam Petersen et al. (2012), a consolidação de sistemas agroecológicos demanda transformações mais profundas na lógica econômica, que historicamente favorece os monocultivos e o agronegócio.



Figura 8: Bandeira da Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela vida.

### 3.3 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao longo dos trabalhos de campo realizados no PA Contestado, observou-se que, dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU, os agricultores assentados contribuem diretamente com nove ODS, conforme o diagrama seguinte. O destaque está relacionado com a produção de alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos, que se relacionam com muitos dos objetivos do milênio. Além disso a forma de manejar a terra também é notável em muitos lotes deste assentamento, por meio de sistemas agroflorestais.



No contexto geral, o que se observou no PA do Contestado foi a diversidade produtiva dos lotes, a prosperidade da maior parte dos assentados e a contribuição destes agricultores em contribuir com políticas públicas que objetivam a erradicação da pobreza.



Todos os assentados estão dedicados a produção de alimentos. Muitos agricultores do PA Contestado estão dedicados a produção agroecológica em sistemas agroflorestais. Contribuem com a segurança alimentar fornecendo alimentos saudáveis para as escolas públicas através da PNAE e PAA.



Muitos agricultores do assentamento são dedicados a produção de alimentos orgânicos livres de agrotóxicos, o que contribui com a saúde humana e ecossistêmica. Além disso, muitos produzem para as feiras livres de Curitiba e para o PNAE e PAA, o que leva alimentos saudáveis para a população da cidade.



Foi possível identificar que cerca de 33% das mulheres do PA Contestado são as titulares na concessão do lote. Também foi perceptível o protagonismo feminino entre as lideranças do PA, e suas ações na gestão, na tomada de decisões e na produção de alimentos orgânicos.



O PA Contestado oferece diversas oportunidades para a fixação e inclusão dos jovens no campo, filhos de assentados e parentes dos agricultores. A diversidade de produção agrícola deste assentamento potencializa as oportunidades de cooperação e desenvolvimento local.



A reforma agrária é uma das melhores políticas públicas para a redução das desigualdades. No PA Contestado evidenciamos os avanços na prosperidade das famílias proporcionada pela distribuição de terras e acesso aos direitos fundamentais.



Os trabalhos de campo evidenciaram que entre os produtores de alimentos orgânicos existe uma preocupação intrínseca com a saúde, bem-estar, meio ambiente e cuidado com a terra, que se caracterizam como produção responsável. Guardiões de sementes partilham variedades crioulas com quem mais precisa, mantendo viva a tradição e a diversidade.



O PA Contestado reúne muitos agricultores dedicados a produção de alimentos livre de agrotóxicos, utilizando práticas de manejo sustentável, com baixo impacto sobre o solo, ar e rios. Além disso, adotam os sistemas agroflorestais como prática produtiva sustentável. Guardiões de sementes crioulas, detentores de profundo saber tradicional, integram este assentamento.



Ao longo das vistorias *in loco* não detectamos ações de degradação de áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente. Este PA encontra-se em um dos biomas brasileiros mais devastados do Brasil, a Mata Atlântica. A adoção de práticas agroecológicas e agroflorestais, livres de agrotóxicos, favorece a conservação da biodiversidade no território.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou a complexidade e a riqueza de experiências que permeiam os territórios da reforma agrária no Brasil. A partir da análise de dados coletados em campo, observou-se que os assentamentos rurais, longe de constituírem espaços homogêneos, se configuram como territórios vivos, onde coexistem práticas produtivas divergentes, desafios estruturais persistentes e possibilidades concretas de transformação social.

No caso do PA Contestado, constatou-se que, embora exista uma presença significativa de cultivos convencionais, tanto de frutas (morangos) quanto soja e milho, como reflexo da influência do modelo hegemônico do agronegócio, uma parcela expressiva das famílias assentadas adota práticas agroecológicas e sistemas agroflorestais, promovendo uma agricultura baseada na diversidade, na sustentabilidade e na autonomia produtiva, cultivando frutas, hortaliças, tubérculos. A existência de feiras, cooperativas, armazéns coletivos e a participação em programas institucionais, como o PNAE e o PAA, reforça a capacidade de escoamento da produção orgânica e evidencia que a agroecologia não é apenas uma alternativa técnica, mas uma estratégia viável de desenvolvimento rural com justiça social e equilíbrio ambiental.

A pesquisa também revelou, com base em relatos colhidos durante as vistorias, que a convivência entre diferentes modelos produtivos tem gerado tensões no território. A ausência de barreiras físicas efetivas entre lavouras agroecológicas e cultivos que ainda utilizam agrotóxicos foi apontada como fator de risco à integridade da produção orgânica, gerando inseguranças entre agricultores comprometidos com práticas sustentáveis. Somado a isso, foram mencionadas dificuldades estruturais para a consolidação da agroecologia, como os entraves na comercialização, a baixa escala produtiva e a limitada cobertura de políticas públicas específicas para esse modelo.

Apesar desses obstáculos, experiências como a do Sítio Joaninhas — que alia o manejo agroflorestal à conservação do solo e à biodiversidade, e a atuação de pessoas como o agricultor César Luís Kerber, guardião de sementes crioulas e agente multiplicador de saberes agroecológicos, demonstram que a agroecologia é possível, replicável e profundamente transformadora. São exemplos vivos da

potência dos assentamentos como espaços de resistência camponesa e inovação socioambiental.

A presença da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) dentro do próprio assentamento reforça esse potencial, posicionando a educação do campo como pilar estruturante para a consolidação de um novo paradigma agrícola e territorial. Além disso, o protagonismo feminino observado, tanto nas titularidades dos lotes quanto nas lideranças locais, indica avanços relevantes em termos de equidade de gênero no interior da reforma agrária.

Contudo, o estudo também evidenciou contradições que persistem: a permanência de casos de violência doméstica, o baixo nível de escolaridade de parte significativa dos assentados e a insuficiente atuação do INCRA no acompanhamento e na mediação de conflitos internos. Esses elementos demonstram que a reforma agrária no Brasil não pode ser compreendida como um processo concluído, mas sim como uma política em disputa, que exige constante aprimoramento, vigilância social e compromisso institucional.

A experiência do PA Contestado evidencia que, quando há organização comunitária, acesso a políticas públicas, assistência técnica e valorização dos saberes locais, os assentamentos podem se tornar verdadeiros laboratórios de inovação socioambiental. A agroecologia, nesse contexto, destaca-se como um caminho promissor para promover soberania alimentar, conservação da biodiversidade e resiliência climática.

Assim, reafirma-se, com base nos dados e análises apresentados, a urgência de fortalecer a política de reforma agrária no Brasil como instrumento de justiça social, inclusão territorial e transição ecológica. O futuro da agricultura brasileira — especialmente em tempos de crise ambiental e alimentar — passa necessariamente pela valorização dos territórios camponeses, pelo reconhecimento da agricultura familiar como base da segurança alimentar nacional e pela ampliação de políticas públicas que integrem reforma agrária, agroecologia e direitos humanos. Não por menos, dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, o PA Contestado contribui diretamente com nove deles, o que nos traz a reflexão da importância da reforma agrária e da agricultura familiar na produção de alimentos.

#### 4 REFERÊNCIAS

BRASIL. *Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília: MDA/INCRA, 2005.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Latossolos*. Brasília, DF: Embrapa, [s.d.].

EMBRAPA FLORESTAS. *Clima*. Colombo, PR: Embrapa Florestas, [s.d.].

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. *O estado da insegurança alimentar no mundo 2014*. Roma: FAO, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Instrução Normativa nº 99, de 30 de dezembro de 2019. Fixa os procedimentos administrativos para titulação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, criados em terras de domínio ou posse do INCRA ou da União, bem como verificação das condições de permanência e de regularização de beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)*. Brasília: INCRA, 2019

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Painel de assentamentos*. Brasília: INCRA, 2023.

KAMINSKI, T. C. G.; VASCO, A. P. D.; SILVA, L. C.; DENARDIN, V.; SCHAFFRATH, V. R. *Organizações sociais no Assentamento Contestado, Lapa/PR: alternativas de*

*reprodução socioambiental*. In: Anais do VII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Assentamento Contestado completa 23 anos e cresce na construção da agroecologia*. MST, 8 fev. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Superintendente do Ministério da Saúde visita assentamento Contestado no PR*. MST, 9 ago. 2023.

PETSCHELIES, C. A educação no campo e a agroecologia: a experiência do PA Contestado. *Revista Educação e Fronteira*, Toledo, v. 11, n. 38, p. 47–68, 2021.

PETERSEN, P.; DALMOLIN, S. H.; FRANCO, F. S. *Construção do conhecimento agroecológico: desafios metodológicos e políticos*. Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia, v. 9, n. 1, p. 4–8, 2012.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

STÉDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STÉDILE, J. P. Agronegócio e agricultura familiar: uma disputa de modelos. In: FASE (Org.). *Agroecologia e políticas públicas*. Rio de Janeiro: FASE, 2014. p. 9–17.

VAN DER PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.